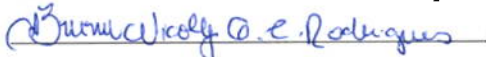


Data	27/11/2025 - Horário: 14h30min
Local	Presencial na Superintendência do IPM
Conselheiros Participantes	<ol style="list-style-type: none">1. ALINE VILAR DE OLIVEIRA- Superintendente do IPM - Conselheira Presidente - IPM2. INGRID VASCONCELOS DE SOUSA ARAUJO- Conselheira Titular-IPM3. MARCIO CARDEAL QUEIROZ DA SILVA- Conselheiro Titular - SEFIN4. RODRIGO RIGE DA SILVA BARROS- Conselheiro Titular - SINDIFORT5. RAPHAEL DA ROCHA MAIA- Conselheiro Suplente - GABPREF6. INÊS ARAÚJO PONTES CAMPOS- Conselheira Titular - CMFOR
Outros Participantes: Vanilson de Souza Saraiva - Diretor Administrativo-Financeiro-IPM, Talita de Moura Alves - Assessora Técnica Diretoria de Previdência, Bruna Nicoly Garcia Cunha Rodrigues - Assessora Técnica Superintendência, Marilia Carolina Venancio Oliveira - Assessora Técnica Superintendência e Vitor Leitão - Consultor - empresa LEMA Consultoria	
Ata da Reunião	
<p>Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2025, às 14h30, na Superintendência do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza – IPM, iniciou-se a sexagésima terceira Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza. A reunião foi presidida pela Dra. Aline Vilar de Oliveira, Superintendente do IPM e presidente do Conselho Deliberativo, que declarou aberta a sessão e passou a palavra ao consultor de investimentos da empresa LEMA, responsável pela construção da Política de Investimentos e pelas orientações mensais acerca das aplicações financeiras, Sr. Vitor Leitão. O Sr. Vitor iniciou a apresentação destacando que há expectativa de mudanças nas normas e na resolução que regem a Política de Investimentos. Informou que, tão logo a nova resolução seja aprovada, será necessária a elaboração de uma nova Política de Investimentos, bem como sua posterior aprovação pelo Conselho. Na sequência, apresentou o documento da Política de Investimentos para o exercício de 2026, que segue anexo a esta Ata, ressaltando que a estratégia conservadora adotada no ano de 2025 foi mantida, sendo esta política uma continuidade da atual, considerando que alterações normativas podem ocorrer a qualquer momento. Estratégia apresentada, Carteira integralmente conservadora, com alocação de 100% em renda fixa, priorizando segurança e rentabilidade com baixo risco. O consultor Vitor também apresentou os passos necessários para a regularização contínua do RPPS, informando que, juntamente com o envio da Política de Investimentos, também são enviados o DPIN e o DAIR. Dra. Aline Vilar reforçou a obrigatoriedade legal de certificação para todos os Conselheiros (as) do Conselho de Administração do IPM, conforme as normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social. Destacou que todos os integrantes do Conselho devem realizar as provas e obter a certificação, requisito indispensável para assegurar a regularidade do RPPS. Ressaltou, ainda, que o Instituto já disponibilizou curso presencial e material online para apoiar o processo de formação, não havendo, portanto, qualquer impedimento para o cumprimento da exigência. Alertou que a ausência de certificação de parte dos membros mantém o IPM irregular no CADPREV, situação que demanda atenção imediata, dada a relevância desse indicador para a segurança jurídica, a governança e a continuidade regular dos repasses ao RPPS. Finalizada a apresentação, a reunião foi aberta à discussão. O Conselheiro Márcio Cardel perguntou se a Política de Investimentos já havia sido previamente analisada e aprovada pelo Comitê de Investimentos do IPM, bem como se</p>	

havia ata desta deliberação. A Presidente Dra. Aline confirmou que sim, registrando que a ata correspondente está disponível, assim como todas as demais deliberações, no site institucional do IPM, em respeito ao princípio da transparência. O Conselheiro Suplente Raphael Maia perguntou sobre a atual alocação dos recursos entre as instituições financeiras, pois observou que a maior parte é concentrada em um banco específico. Foi informado que o IPM possui 74,56% (setenta e quatro vírgula cinquenta e seis por cento) alocados no Banco do Brasil, 25% (vinte e cinco por cento) em títulos públicos, e 0,34% (zero inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) na Caixa Econômica Federal, destacando-se que o maior relacionamento mantido atualmente é com o Banco do Brasil. O Conselheiro Rodrigo Rige indagou sobre a situação das despesas com pensões e aposentadorias, se o IPM tem caixa suficiente para cobrir os pagamentos a longo prazo. Foi esclarecido que o montante gira em torno de R\$ 115 milhões (cento e quinze milhões), porém se refere ao Fundo Financeiro, que recebe aporte municipal. No que tange ao Fundo previdenciário, não há despesas com pagamento de benefícios ainda, uma vez que se trata de um plano novo. Ressaltou-se que a Política de Investimentos analisada e deliberada se refere ao fundo novo. Não havendo mais questionamentos ou manifestações, a Superintendente perguntou se todos estavam de acordo com a Política, que foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. A Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, Bruna Nicoly Garcia Cunha Rodrigues , na qualidade de Secretária e pelos demais Conselheiros presentes.

Aline Vilar de Oliveira
Conselheira Presidente

Ingrid Vasconcelos de Sousa Araujo
Conselheira Titular

Marcio Cardeal Queiroz da Silva
Conselheiro Titular

Rodrigo Rige da Silva Barros
Conselheiro Titular

Raphael da Rocha Maia
Conselheiro Titular

Inês Araújo Pontes Campos
Conselheira Titular